

A EDUCAÇÃO POPULAR NA AGENDA ACADÊMICA: ALGUNS PONTOS PARA DISCUSSÃO

Rafael Rossi¹

Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti²

RESUMO

O presente artigo trata-se de reflexões oriundas de várias pesquisas desenvolvidas no campo da educação popular, com intuito de problematizá-la na pauta da agenda acadêmica. Acreditamos que o arcabouço de discussões metodológicas que podem surgir a partir das práticas educacionais que trabalham com a cultura popular, pode representar um caminho promissor para a investigação científica educacional. Neste aspecto a pesquisa acadêmica também pode contribuir em um processo dinâmico de troca de aprendizados, enriquecendo essa pedagogia desenvolvida pela educação popular, de modo a produzir novos conhecimentos e ampliando, dessa forma, os horizontes de análise e interpretação das manifestações que a cultura popular mantém vivas e em produção.

Palavras chave: Educação Popular, Pesquisa Acadêmica, Cultura Popular, Resistência.

RESUMEN

Este artículo surge reflexiones de varios estudios desarrollados en el campo de la educación popular, con el fin de problematizar en la agenda de la agenda académica. Creemos que el marco de las discusiones metodológicas que puedan derivarse de las prácticas educativas que trabajan con la cultura popular, puede representar una vía prometedora para la investigación educativa. En este sentido, la investigación académica puede contribuir también en un intercambio dinámico de aprendizaje, el enriquecimiento de la pedagogía desarrollada por la educación popular, con el fin de producir nuevos conocimientos y ampliar así los horizontes de análisis e interpretación de los acontecimientos que la cultura popular ha vivo y en producción.

Palabras clave: Educación Popular, Investigación Académica, Cultura Popular, Resistencia.

¹ Mestrando em Geografia na UNESP de Presidente Prudente – SP. E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com

² Docente vinculada ao Departamento de Educação da UNESP de Presidente Prudente – SP. E-mail: rotta@fct.unesp.br

Introdução

O presente texto nos serve de instrumento para expor reflexões e questões que permitam ampliar o debate sobre a perspectiva da educação popular nas pesquisas acadêmicas em Educação. Toda nossa discussão se pauta nos autores que buscamos o diálogo e também do longo caminho que estamos percorrendo através de estudos e pesquisas no interior do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Popular – GEPEP – vinculado ao Departamento de Educação da UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologias – FCT -, campus de Presidente Prudente – SP.

Acreditamos que a pesquisa em educação popular não se restringe a um modo de reconhecer as práticas pedagógicas que determinado grupo ou sociedade desempenha em seu cotidiano. Mais que isso, tais casos servem para problematizar a maneira como o “sucesso” de tais empreitadas pode apontar caminhos para a universidade em um processo e dinâmica de sentido duplo. Ao mesmo tempo em que se investiga a condição do desenvolvimento didático na transmissão e produção comunitária de conhecimentos, a universidade também pode oferecer aparatos técnicos e reflexivos, oriundos de seu longo processo de acúmulo de saberes, influenciando e ajudando na promoção de uma educação mais inclusiva e aberta à aprendizagem.

Nesse sentido, não é por acaso que optamos pela Pesquisa-Ação como recurso e procedimento necessário ao engajamento crítico com o objeto de estudo. No entanto, é imprescindível ressaltar que no caso dos educandos/as em Educação de Jovens e Adultos – EJA -, um dos nossos temas principais de pesquisas, não os consideramos tão somente como objetos de análise em que suas posturas são quantificadas, analisadas friamente e sistematizadas na busca por padrões e estruturas. A Pesquisa-Ação no estudo dessa modalidade de ensino permite os tratar e os considerar também como protagonistas como agentes que nos mostram e explicitam em cada fala, cada aperto de mão e cada olhar os rumos e os grandes desafios inseridos na construção coletiva de uma educação crítica e participativa, sem coroações de arrogância pelo status ou qualquer outro medidor de produtividade acadêmica.

Dessa forma, dividiremos este artigo em mais duas partes. A primeira com uma explicitação a respeito da educação popular em seus desafios e potenciais para a agenda acadêmica e a segunda parte se destina aos nossos comentários conclusivos apontando, a partir de nossas experiências referenciadas teórica e empiricamente, o engajamento coletivo como estratégia de pesquisa e de ação no campo educacional. Contudo, também é preciso afirmar que

dada a amplitude e complexidade do tema, não pretendemos encerrar o debate sobre a educação popular e nem resumir de maneira prematura os horizontes de análise. Ao contrário, nosso intuito é avançar e ampliar as perspectivas até então em pauta a respeito da educação popular na agenda acadêmica, por isso, dúvidas, críticas, comentários e sugestões são bem vindos para nos ajudar a compreender esse universo que o cotidiano popular nos ensina e permite atuar.

Educação popular e pesquisa acadêmica: Água e óleo ou fogo e gasolina?

Para iniciar nossa problematização é necessário explicitar o que estamos entendendo por educação popular. Fiori (1987) afirma:

A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. (FIORI, 1987, p. 09)

O trecho de Fiori (1987) é interessante de ser considerado na discussão sobre a educação popular. Esta pedagogia em que se considera o oprimido, parte da constatação de sua realidade, de seu dia-a-dia, seu cotidiano, sua cultura popular como aporte e “ponte” necessária para “conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica”. Porém como proceder a essa pedagogia?

A consciência se constitui como consciência do mundo. Se cada consciência tivesse o seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados – seriam mônodas incomunicáveis. As consciências não se encontram no vazio de si mesmas, pois a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo. (FIORI, 1987, p. 15)

A reflexão sobre a consciência do mundo pode ser elencada como um dos aportes rumo a uma pedagogia que parta das considerações que os “oprimidos” trazem e compreendem da realidade. Nesse aspecto, o pensador Paulo Freire, já nos explica em várias de suas obras que não existem duas realidades: a dos opressores e dos oprimidos; mas tão somente uma realidade em que há opressores e os que sofrem com a opressão, em muitos casos, seculares. Porém, retornando à discussão da consciência de mundo, tal atitude aumenta suas chances de se realizar quando há a presença do diálogo coletivo aberto e sem estruturas hierarquizadas de comando e poder. A esse respeito:

Dentre os fazeres de uma Educação Popular, destaca-se o momento participativo de planejar e organizar as atividades práticas de formação comunitária, pois é aí que os interesses e as intencionalidades políticas tornam-se coletivamente conscientes e explícitas, evidenciando os critérios adotados para a seleção de conhecimentos sistematizados e metodologias que promoverão o percurso que se pretende implementar no processo de construção / apreensão / intervenção na realidade concreta. Trata-se de uma proposta de formação permanente que visa desencadear junto à comunidade um posicionamento crítico prático em relação às necessidades e às contradições por ela vivenciadas e os encaminhamentos concretos para a conquista da autonomia. (SILVA, 2007, p. 13)

Este “momento participativo” ganha contornos de prática coletiva de uma educação que não está à margem da discussão acadêmica, justamente por se utilizar de recursos e procedimentos que em muito podem enriquecer a pesquisa em educação, pois consegue a educação popular consegue captar as visões de mundo, os medos, anseios, interpretações, interações, hábitos, costumes, valores e culturas em uma simbiose em que se criam conexões com um determinado projeto societário, como é o caso da educação do campo em que muitos movimentos socioterritoriais de luta pela terra desenvolvem e erguem também suas bandeiras de reivindicação ao direito de educação, possuindo inclusive, no caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, um projeto socialista para a sociedade brasileira.

No tocante a essa Pedagogia fundamentada na Educação do Campo, a pesquisa acadêmica pode aprender com o engajamento político no processo de luta e de organização coletiva do trabalho, desenvolvido, por exemplo, pelo MST. Este movimento socioterritorial consegue disseminar sua história de luta “despertando” a relevância da dimensão política entre todos os seus membros, compreendendo a História enquanto possibilidade, como já discutido por Freire (2001). Esse contexto e dinâmica é passível de serem investigados em face dos crescentes estímulos ao individualismo corrente, perante a visão determinista da História que opera através da ideologia dominante no atual estágio do modo de produção capitalista. Daí a relevância em se estudar esse tipo de educação empreendida pelo MST, uma educação que é popular e tem suas raízes no campo, mas que acima de tudo, possui esperança e incentiva criticamente à participação coletiva e solidária rumo a uma sociedade que caminhe para além do capital.



F

onte: Silva (2007, p.16)

A figura retirada da obra de Silva (2007) permite visualizar o caráter sistematizado de pesquisa e de metodologia que a educação popular em muitos movimentos pode desencadear e se utilizar. Isto, por sua vez, nos remete ao caráter interpretativo predominantemente coletivo de uma dada questão. O próprio levantamento do “tema gerador” na perspectiva freireana se trata de um empreendimento solidário e que leva tempo para que a comunidade possa ouvir e ser ouvida a respeito de determinado tema e/ou questão. Régis (2005) lembra: “A Educação Popular é um dinâmico e permanente processo de construção de conhecimento relacionado com a ação, uma prática educativa que partindo da realidade histórica, volta a ela para transformá-la” (RÉGIS, 2005, p.04)

Ora se uma comunidade, movimento social, grupo etc; pode desenvolver uma sistematização metodológica próxima da descrita por Silva (2007), por que a universidade não pode investigar essa organização e contribuir criticamente com esses agentes a partir de todo arcabouço construído ao longo de sua história? Claro que não se trata de uma questão de permitir ou não pesquisas no campo da educação popular.

Entretanto, temos observado algumas críticas e alertas de pesquisadores marxistas quanto a não validade de estudos sobre a educação popular, como se esta fosse incompatível com o

ambiente estatal institucional de uma universidade pública. No mínimo perguntaríamos: Por que não é válido ou é menos científico a pesquisa em educação popular enquanto que o estudo marxista, por exemplo, se fundamenta em uma teoria emancipatória preponderantemente voltada para a ação, a transformação e a práxis? Alguns ainda acusam com argumentos sem nexos, justificando que a pesquisa em educação popular deve ser realizada fora da universidade, visto que não se “encaixa” neste ambiente que é parte do Estado. Como então justificar as inúmeras pesquisas que se dedicam a gerar conhecimentos com a classe trabalhadora?

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1987, p. 31)

Freire (1987) contribui nessa discussão, pois concordamos com o autor nos conhecimentos e saberes práticos que a cultura popular pode oferecer à pesquisa em educação, já que também defendemos em trabalhos passados³ a metodologia da Pesquisa-Ação como motivadora do diálogo aberto que visa à construção da reflexão crítica junto aos educando/as com uma transformação de determinada questão já previamente refletida, discutida e intencionada. Ao contrário do que, por exemplo, alguns autores realizam ao se dedicarem a estudos no campo marxista em educação, sem comprometimento real com a classe trabalhadora fruto de suas investigações e inquietações, ficando como que “dentro de uma bolha” da qual não se libertam, acreditando na secular separação entre os saberes científicos e populares como que “água e óleo”, para nunca se misturarem.

Freire (1987) explicita a importância de se considerar e em realmente ouvir aqueles que sofrem com a opressão em suas mais variadas formas, seja o processo de exclusão social, seja o de segregação socioespacial, pobreza, miséria etc. Na Pesquisa-Ação em educação popular um dos grandes desafios está em unir os conhecimentos práticos de determinada situação, problematizá-la coletivamente, sistematizar a discussão através dos conhecimentos artísticos, filosóficos, científicos e populares. Ou seja, na meta por nos conscientizarmos em conjunto como sujeitos produtores da história e inseridos em uma cadeia com um acúmulo de ações passadas, as manifestações da Arte através de seus vários períodos pode ajudar nessa reflexão crítica. Reflexão esta que, através do exercício filosófico de questionar além da aparência, de buscarmos as “raízes” das questões que nos rodeiam, permitem avançar para sistematizações que os grandes

³ A respeito da discussão de Pesquisa-Ação e das implicações sociais da educação, Furlanetti e Rossi (2012) e Rossi, Margutti e Furlanetti (2012) são passíveis de se encontrar elementos e problematizações que ajudem no desvendar dessa temática.

pensadores e pesquisadores em educação já alcançaram, para que novos e atuais conhecimentos possam ser gerados a partir da realidade vivida, sofrida e construída pelas diversas classes sociais a partir de suas interações através dos antagonismos e das lutas até então.

A educação popular não é uma educação pensada e planejada para a classe trabalhadora, em geral oprimida pelo atual desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas sim uma educação com eles, com a sua intervenção refletida racionalmente. O pensador e filósofo marxista Slavoj Zizek em várias de suas palestras afirma que o papel da Filosofia não é o de apontar respostas, mas sim de enriquecer a arte de questionar. Entendemos que essa também é a função do saber científico no estudo da educação popular, isto é, aprender com o coletivo a arte de problematizar, perguntar de modo maduro sobre os debates que estão na pauta de preocupações de um grupo, por exemplo, pois: “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem” nela criticamente.” (FREIRE, 1987, p. 40)

Freire (1987) continua em seu lúcido raciocínio argumentando:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis [...] Por outro lado, se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica práxis se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica. É neste sentido que a práxis constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não pode encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida. A não ser assim, a ação é puro ativismo [...] A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isso mesmo, ação com eles. (FREIRE, 1987, p. 53)

Estamos enfatizando tanto as considerações de Freire (1987), pois acreditamos que este autor traz elementos importantes de serem levados em consideração no estudo sobre a educação popular pela agenda acadêmica. Os fatores de se refletir criticamente na meta pela práxis alcançam patamares altos de concretização quando a universidade “anda de mãos dadas” com os movimentos sociais e demais grupos que desenvolvem práticas educacionais com sucesso de reflexão e aprendizados entre seus membros por partirem de sua cultura, de sua realidade, muitas vezes, oprimida e não levada em consideração pelas políticas educacionais estatais.

Não defendemos um único lado exclusivo, ou o saber produzido pelos que praticam a educação popular ou o saber científico que é produzido pela universidade. Na contramão desse raciocínio, defendemos a união para almejarmos essa “ação cultural”, que impreterivelmente é construída através de braços, aprendizados e pensamentos de ambos os lados. Isto leva também à

consideração da dimensão política em educação. Discutir, problematizar, investigar e participar engajados criticamente na educação popular é tarefa de pesquisadores que assumem um posicionamento crítico efetivo e claro a favor da classe trabalhadora, expropriada, expulsa de suas terras, expulsas da educação formal em idade adequada, que sofre há séculos a exclusão em suas múltiplas dimensões, não somente no que diz respeito à renda e ao consumo.

A educação popular permite manter viva e transmitir conhecimentos de uma cultura que pelo movimento hegemônico das forças do capital através de seus mecanismos de disseminação ideológica, não permitem que sobreviva e se propague. Vamos analisar um exemplo atual de nossa mídia... Há uma propaganda na televisão sobre uma caminhonete de marca importada que se inicia com a seguinte fala: “O campo evoluiu, a nova [...] também...” Essa propaganda⁴ utiliza como tema a música “Vida Boa” de interpretação da dupla sertaneja Vitor & Léo e discorre sobre a vida no campo, apresentando este como o território do fazendeiro, com sua imensa casa “sede”, suas enormes extensões de terra destinadas a monocultura, em uma apologia direta e explícita à concentração de terra e renda. Dessa forma tal propaganda defende como “natural” o campo ser destinado aos grandes latifundiários e não mais à agricultura familiar e ao pequeno agricultor, defendendo claramente o modelo de desenvolvimento agrário do agronegócio. Marx e Engels (2002) nos ajudam a entender tal processo:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e conseqüentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm uma posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas idéias são portanto as idéias dominantes de sua época. (MARX, ENGELS, 2002, p.48-49)

Em tal propaganda comercial o campo aparece como território concreto do agronegócio, justamente por esse ser o motor e dinâmica impulsionado pelo desenvolvimento sociometabólico

⁴ Disponível para visualização em: <<http://www.youtube.com/watch?v=MAYPuLpFfBc>> Último acesso: Setembro de 2012.

do capital no campo em escala global. Isto é: parte-se das condições reais e concretas da realidade excludente no campo, para se disseminar uma ideologia obviamente pertencente às classes dominantes. O que essa discussão tem a ver com a de educação popular? Anteriormente argumentamos sobre a dimensão política da pesquisa acadêmica nessa modalidade de ensino e, por causa disto, defendemos que tais pesquisas possuem em potencial as bases para fortalecimentos da cultura popular que combata e enfrente em “pé de igualdade” essa cultura burguesa, tecnocrata e hegemônica. A cultura popular possui forte vinculação à discussão política imanente aos conflitos e embates presentes no território em que está presente sua manifestação. Dessa forma, Dagnino (2000, p.85) lembra: “a cultura, entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas”.

Faz-se imprescindível esclarecer que nossa compreensão de cultura não se baseia em uma postura embasada em preceitos burgueses preconceituosos para a qual esta se resume a um conjunto de informações enciclopédicas assimiladas de maneira superficial a fim de demonstrar “glamour” e “status social”. Na contramão dessa perspectiva a cultura com que dialogamos, acreditamos e defendemos é a cultura popular. Isso, por sua vez, é possível graças à potencialidade da cultura popular de enriquecer práticas de docência e de sua pesquisa metodológica, pois permite a correlação de conceitos e temáticas científicas a partir da análise da realidade, do cotidiano vivenciado pelos educandos/as. Queremos dizer: a cultura popular instiga o processo educativo emancipatório, daí a importância da dimensão política nessa modalidade de ensino, para politizar, reivindicar, criticar, desconstruir e transformar; gerando um movimento de construção de conhecimentos oriundos de debates a partir dos saberes culturais populares.

Não se trata, dessa maneira, tão somente em criticar a educação empreendida pelos padrões estatais. Também não consideramos benéfico a compreensão que “endeusa” a educação popular, como se esta fosse capaz de resolver todos os problemas e superar todos os obstáculos que o panorama educacional enfrenta. Trata-se, sobretudo e, principalmente, em aprender com essa prática pedagógica própria dos grupos que desenvolvem e perpetuam a educação popular, em um esforço coletivo e de fluxo contínuo de aprendizados. Pesquisar este tipo de educação, junto aos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos pode ser um dos caminhos que permitirá unir o “fogo” que a cultura popular representa como manifestação contra hegemônica em períodos de atual globalização como perversidade⁵ junto à “gasolina” que a pesquisa científica

⁵ Como discutido de modo mais profundo em Santos (2011).

é enquanto combustível capaz de gerar nessa dinâmica uma combustão de novas possibilidades educativas pela sua dimensão politicamente raciocinada e debatida.

Considerações conclusivas sobre a Pesquisa Acadêmica em Educação Popular

Nosso esforço nesse texto deu-se na defesa da pesquisa acadêmica em educação popular. Esta não se resume tão simplesmente em só mais um tipo de educação. Trata-se de uma metodologia educacional que nasce da terra, dos lixões, dos presídios, daqueles que defendem suas bandeiras por uma sociedade com patamares mais reais e concretos de justiça social. Pesquisar a educação popular é também refletir sobre a formação docente em vigor na universidade, se atentando para o engajamento e o comprometimento do futuro profissional que está sendo formado, analisando como este tipo de educação pode contribuir nesse caminhar. No campo da discussão sociológica sobre a produção do espaço urbano, por exemplo, vários autores começaram a “ler” o urbano a partir das desigualdades socioespaciais, como podemos observar a partir do movimento crítico das Ciências Humanas.

Os educadores/as populares explicitam e praticam uma dimensão fundamentalmente instigante para a análise sobre suas práticas pedagógicas: o comprometimento. Dimensão essa, que se vincula diretamente à dimensão política do projeto educativo que desenvolvem, possuindo um compromisso real e concreto com o grupo que trabalham e do qual fazem parte. Assim, podemos refletir: em que medida a formação de professores na universidade permite contribuir na construção desse comprometimento com a educação de modo geral em seus estudantes de graduação?

Na área da pesquisa em Educação, levantar hipóteses e partilhar da curiosidade produtiva a respeito das práticas educacionais desenvolvidas, em geral, por grupos que sofrem com o histórico processo de exclusão social em nosso país, pode representar a ponte para unir todo os debates científicos, artísticos e filosóficos aos saberes populares que nascem das raízes de nosso povo, de suas preocupações cotidianas, de suas bravas e honradas lutas, “lendo” também a Educação por esse viés, já que: “Não é surpreendente que na concepção marxista a efetiva transcendência da *autoalienação do trabalho* seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente

educacional” (MÉSZÁROS, 2008, p. 65). Tarefa essa que clama por união e por intelectuais orgânicos contra-hegemônicos na perspectiva gramscianiana.

Referências Bibliográficas:

DAGNINO, E. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: _____ et. al. (org). **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 61 – 102.

FIORI, E. M. **Aprender a dizer a sua palavra**. In: Freire, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Política e Educação**. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001

FURLANETTI, M. P. F. R.; ROSSI, R. **Os desafios da formação de educadores/as na Educação de Pessoas Jovens Adultas e Idosas e a Pesquisa-Ação na Diversidade: Vivendo contextos para re- traçar caminhos?** In: MIGUEL, J. C.; CAMARGO, M. R. R. M. *A Educação de Pessoas Jovens e Adultas em Capítulos: Contextos, Desafios e Práticas*. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes. 2002

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008

RÉGIS, K. E. **A Educação Popular presente nas práticas do Centro de Educação e Organização Popular (CEOP) 1989-2004**. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005.

ROSSI, R.; MARGUTTI, E. C.; FURLANETTI, M. P. F. R. **Problematizando o conceito de políticas públicas frente aos desafios da Educação de Pessoas Jovens e Adultas: Dialogando com István Mészáros**. In: MIGUEL, J. C.; CAMARGO, M. R. R. M. *A Educação de Pessoas Jovens e Adultas em Capítulos: Contextos, Desafios e Práticas*. São Paulo: Cultura Acadêmica; 2012.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 20ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, A. F. G. **A busca do tema gerador na práxis da Educação Popular**. Curitiba – PR: Ed. Gráfica Popular, 21ª Ed., 2007